

# RACHADURA POLÍTICA

O tombamento da capital da República como Patrimônio da Humanidade é a base do trabalho do Conselho Técnico de Preservação de Brasília. O GDF adota uma política mais permissiva com projetos que são contestados pelo órgão

## ROTINA DE CRÍTICAS

■ A gestão de Carlos Magalhães no Conselho Técnico de Preservação de Brasília foi marcada por duras críticas ao governador

Joaquim Roriz. As mais marcantes aconteceram este ano, quando o governo contratou uma empresa para fazer o projeto viário

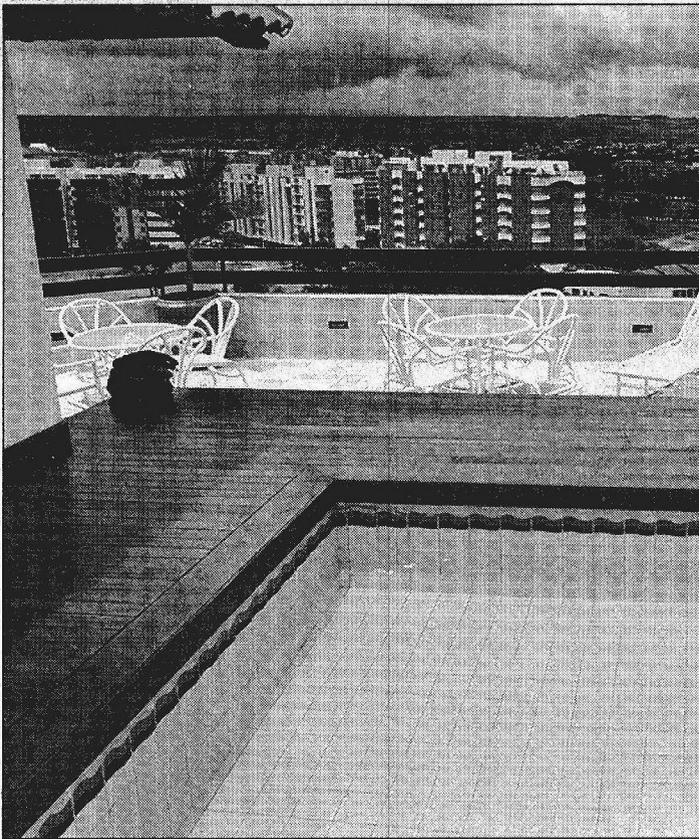
da terceira ponte do Lago Sul e, mais recentemente, ao autorizar a cobrança de taxas dos invasores de áreas públicas. No ano passado,

Carlos Magalhães exaltou-se quando o governador Joaquim Roriz sancionou projeto de lei, de autoria do deputado José Edmar, que

autoriza a construção de coberturas sobre o sexto andar dos prédios do Plano Piloto. Por várias vezes, cobrou também do

governo que enviasse à Câmara Legislativa o Plano Diretor Local (PDL) de Publicidade. (AG e ALM)

Carlos Moura 23.12.99



## COBERTURAS NO PLANO PILOTO

DEZEMBRO/1999

■ Em fevereiro do ano passado, o Governador Joaquim Roriz sanciona lei, do deputado José Edmar (PMDB), que autoriza a construção de coberturas sobre o sexto andar dos prédios do Plano Piloto. Em dezembro, o arquiteto Oscar Niemeyer, junto com o CTPA, entra com ação na Justiça Federal para proibir as coberturas, respaldados na lei de tombamento de Brasília, que prevê somente a construção de prédios com

até seis pavimentos no Plano Piloto. "Engraçado é que, quando essas pessoas vão ao centro de Roma ou Paris, ficam encantados. Mas aqui sentem-se no direito de fazer qualquer coisa", disse na época Carlos Magalhães. Para o arquiteto, a construção de prédios com sete pavimentos em Brasília ameaça não só o plano urbanístico projetado por Lúcio Costa, mas também a qualidade de vida dos moradores.

Jorge Cardoso 28.4.2000



## PUBLICIDADE

(JUNHO/2000)

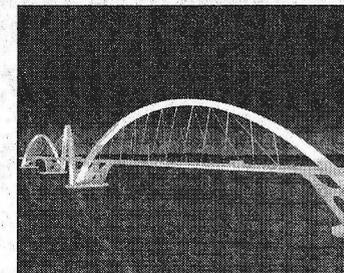
■ O governo elabora, no ano passado, o Plano Diretor Local (PDL) de Publicidade, que estabelece novas regras para a colocação de outdoors, faixas, cartazes e outros materiais de divulgação comercial no DF. O PDL já foi avaliado pelo CTPA e por outras instituições, como o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF (IPDF), mas até hoje não foi enviado à Câmara Legislativa para

votação. Em junho, o CTPB critica, por várias semanas, a demora do governo. "Faz oito meses que o conselho aprovou o plano e até hoje não tomaram qualquer providência", atacou um dos integrantes do CTPA, Ernesto Silva. No mês seguinte, a Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) do Ministério Público entra com uma ação civil pública contra a publicidade em geral.

## TERCEIRA PONTE

OUTUBRO/2000

■ Governo contrata a empresa TCBR para fazer o projeto viário da terceira ponte do Lago Sul, que não estava incluído na primeira licitação. Em outubro, a empresa anuncia que vai jogar na Esplanada dos Ministérios, por meio de dois túneis, todo o fluxo de 25 mil veículos que saem diariamente do Lago Sul, Paranoá, São Sebastião e condomínios em direção ao Plano Piloto. Anuncia, ainda, a construção de mais duas faixas de rolamento (uma em cada sentido), alterando de quatro para seis o número de vias na ponte. O CTPB considera absurda a



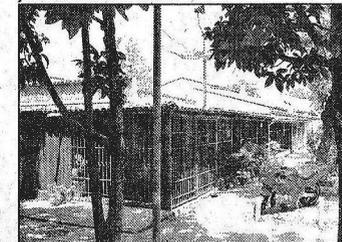
decisão. "Estão fazendo um carnaval contra a cidade", afirmou Carlos Magalhães à época. "Todas essas alterações vão engordar mais ainda o orçamento da obra", disse. Orçada naquela época em R\$ 78 milhões, o preço da ponte acabou em R\$ 97,8 milhões.

## IMPOSTO DE ÁREAS PÚBLICAS

OUTUBRO/1999

■ O governo envia à Câmara Legislativa projeto de lei criando taxas de fiscalização no DF e permitindo a cobrança pela utilização irregular de áreas públicas. O CTPA envia ao governador Joaquim Roriz uma carta pedindo a retirada da cobrança pela utilização de áreas públicas no Plano Piloto. Carlos Magalhães alega que o GDF não pode taxar as áreas públicas ocupadas porque ainda não há uma regulamentação para essas ocupações. "A lei do tombamento do Plano Piloto, que proíbe essas construções comerciais, é federal. O GDF

José Varella 10.10.2000



não pode legalizar ou cobrar pela fiscalização dessas ocupações com uma lei distrital", analisa. O Ministério Público também se posiciona contra o projeto. No entendimento dos promotores, a futura lei é uma brecha perigosa para novas invasões de áreas públicas.